



## Índice

- 01** [Com índios, Dilma insiste em mudar demarcação](#)
- 02** [Índios mantêm interdição de ferrovia e viagens do trem de passageiros estão suspensas](#)
- 03** [Dilma recebe índios, mas líder do governo apoia manobra que ameaça direitos sobre suas terras](#)
- 04** [Indígenas protestam contra portaria da AGU, em Manaus](#)
- 05** [PF flagra 420 kg de cocaína em terra indígena Marãiwatsédé em MT](#)
- 06** [Livro sobre questão indígena é apresentado amanhã na Capital](#)
- 07** [Livros da história africana e indígena são apresentados ao governo estadual](#)
- 08** [Questão indígena: CNBB em SC oferece ajuda em processo demarcatório](#)
- 09** [AM – MPF requer conclusão de demarcação de terra indígena em Borba](#)
- 10** [Deputada Janete critica manobra ruralista para ocupar terras indígenas](#)



## **Com índios, Dilma insiste em mudar demarcação**

SÍTIO CERCPH, 11.07.2013

Ao se reunir pela primeira vez com representantes de povos indígenas, na tarde de ontem, a presidente Dilma Rousseff negou que vai esvaziar a Fundação Nacional do Índio (Funai), mas insistiu em mudanças no processo de demarcação de terras para incluir laudos de outros órgãos além da Funai, como Embrapa e os ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Segundo participantes da reunião, Dilma defendeu que a demarcação fique a cargo do Executivo, e não do Congresso.

"A presidente deixou claro que em nenhum momento pretende esvaziar a Funai, mas fortalecer esse órgão", disse o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, depois da reunião. Segundo ele, porém, a visão da presidente é que o processo de demarcação precisa ser "aprimorado" para evitar a frequente judicialização.

Participaram do encontro lideranças de 19 etnias, entre elas o cacique Raoni. "Foi um momento histórico para os povos indígenas", disse Sônia Santos, representante do povo Guajajara, do Maranhão. Ela ressaltou que os índios vinham tentando uma conversa com a presidente desde o início de seu governo. O encontro foi possível graças a uma nova política de Dilma de conversar mais com a sociedade, em resposta às manifestações populares de junho.

Os índios manifestaram oposição em relação às mudanças na demarcação e ao projeto de lei complementar (PLC) 227, cujo requerimento de urgência foi aprovado pelo Congresso.

A proposta define "bens de relevante interesse" da União para fins de demarcação, altera o processo de forma mais ampla e prevê o pagamento de indenização a produtores afetados pela criação de reservas. Cardozo falou que o governo tem muitas críticas ao texto. Depois da reunião, foi anunciada a criação de uma mesa de negociação com os índios, que se reunirá pela primeira vez no começo de agosto. Segundo Cardozo, a portaria que incluirá novos órgãos na demarcação será submetida à mesa quando o texto ficar pronto.

Do lado do governo, também participaram do encontro os ministros Alexandre Padilha (Saúde), Tereza Campello (Desenvolvimento Social), Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), além da presidente da Funai, Maria Augusta Assirati.

Fonte: Valor Econômico



## **Índios mantém interdição de ferrovia e viagens do trem de passageiros estão suspensas**

SÍTIO PORTAL DO MARANHÃO, 11.07.2013

segunda interdição da Estrada de Ferro Carajás por comunidades indígenas, em menos de duas semanas, já dura mais de 12 horas. Aproximadamente 300 índios dos povos Apâniekrá-Canela, Ramkokramekra-Canela, Krikati, Pukobjê-Gavião, Krepumkatjê, Tentehar/Guajajara e Awá-Guajá bloqueiam a ferrovia para chamar atenção da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

A vale divulgou em nota que a manifestação não é direcionada a empresa e que as viagens do Trem de Passageiros da companhia estão suspensas até a desobstrução da ferrovia. Saiba mais... Índios interditam novamente a Estrada de Ferro Carajás As diversas etnias que ocupam pela segunda vez a Estrada de Ferro Carajás, em Alto Alegre do Pindaré, no trecho do km 289, denunciam o descaso feito pelo órgão que deveria atender as principais questões que envolvem a saúde indígena, além de responsabilizar também os gestores do Distrito Especial Indígena (DSEI/MA). Na última quinta-feira (4/7) a ferrovia foi interditada no município de Açailândia.

Policiais federais e militares foram até o local para garantir a reintegração de posse. De acordo com Rosimeire Diniz, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), até o início da tarde desta quarta-feira (10), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) não havia dado o devido apoio aos indígenas, nem havia comparecido para conversar sobre as principais reivindicações dos manifestantes. "A sesai em nenhum momento demonstrou interesse em conversar com os indígenas", ressaltou Rosimeire.

Rosimeire disse ainda que o Cimi está acompanhando de perto todo o protesto, porém não podem intervir diretamente, pois entende que os índios é quem devem tomar toda a frente no processo de negociação junto aos órgãos públicos. O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que atua de perto junto à causa dos povos indígenas.



---

**Dilma recebe índios, mas líder do governo apoia manobra que ameaça direitos sobre suas terras**

SÍTIO IHU, 12.07.2013

*Dilma Rousseff recebeu pela primeira vez lideranças indígenas. Participantes avaliaram a reunião como positiva, mas, no Congresso, manobra regimental pode implicar retrocesso histórico para direitos territoriais*

*A reportagem é publicada pelo sítio do Instituto Socioambiental - ISA, 11-07-2013.*

Dilma Rousseff recebeu, ontem (10/7), pela primeira vez, lideranças indígenas. Os participantes avaliaram a reunião como positiva e a presidenta pontuou posições sobre questões indígenas importantes, embora sua fala tenha sido, segundo relatos, genérica e inconclusiva.

Apesar do tom ameno da conversa no Planalto, horas antes o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), aceitou colocar em votação no plenário um requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012, que, se aprovado, colocará em xeque os direitos dos índios sobre suas terras.

O acordo foi referendado pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Assim, ele quebrou outro entendimento, fechado com lideranças indígenas, em abril, para criar um grupo de trabalho para discutir projetos que alteram o processo de demarcação das Terras Indígenas (TIs). Apenas os líderes do PT, PSOL, PV e PCdoB não assinaram o requerimento.

Ele só não foi votado porque PSOL e PV ameaçaram obstruir a discussão do projeto sobre a destinação dos royalties do petróleo. O requerimento continua na pauta do plenário e pode ser apreciado a qualquer momento. Se aprovado, levará o PLP da Comissão de Agricultura direto ao plenário sem ser discutido por outras comissões.

#### Reunião no Planalto

Durante a reunião com 20 lideranças de todo País, Dilma disse que não vai abrir mão de mudar os procedimentos das demarcações, incluindo outros órgãos, além da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério da Justiça (MJ), na análise dos processos. As alterações atendem pressões ruralistas.

A presidenta anunciou, porém, a criação de uma "mesa de negociação" para discutir o assunto e outras questões indígenas, como projetos em tramitação no Congresso e a Portaria 303 da Advocacia Geral da União. A princípio, o grupo deve ser instalado no início de agosto e vai contar com a participação dos índios, Funai, MJ e Secretaria Geral da Presidência.

CONT.



“O que dissemos é que não aceitamos as mudanças nos procedimentos demarcatórios”, informou Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). “Reafirmamos que queremos manter esse diálogo, que hoje, para nós, esse foi o início de um processo de um diálogo mais permanente e continuado” (veja carta entregue a presidenta pelos indígenas).

Na reunião, as lideranças indígenas criticaram a inclusão da urgência para o PLP 227 na pauta de votação do plenário da Câmara e as políticas de saúde e educação indígenas.

De acordo com Sônia, a presidenta disse que “o governo vai intervir junto aos parlamentares de sua base aliada” para que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 não seja aprovada. O projeto dá ao Congresso a atribuição, hoje do governo, das demarcações.

Depois da reunião, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que a proposta de mudança nesses procedimentos só será apresentada depois que os índios forem ouvidos e que o governo não pretende alterar o Decreto 1.775/1996, que regulamenta o processo.

O ministro assegurou que não há suspensão formal das demarcações em nenhum estado. Em maio, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, anunciou que pediria a Cardozo a paralisação dos processos no Paraná, onde é pré-candidata ao governo.

“Nós dissemos que não concordamos com a instalação de empreendimentos de infraestrutura em TIs sem o consentimento livre, prévio e informado. Ela [Dilma] respondeu que, ‘em alguns casos, vamos andar juntos, mas em outros vamos continuar divergindo’”, comentou Sônia Guajajara (ouça entrevista completa).

O encontro com os indígenas faz parte da rodada de reuniões de Dilma com os movimentos sociais iniciada depois que seus índices de popularidade despencaram, após três semanas de protestos em todo País.

Enquanto isso, no Congresso...

O PLP 227 pretende regulamentar as situações em que áreas e empreendimentos dentro de TIs podem ser considerados de “relevante interesse público da União”.

Nesses casos, segundo a proposta, o governo poderia anular os direitos dos índios sobre parte de suas terras em faixas de fronteira e onde existam áreas tituladas e ocupações não indígenas (em 5/10/1988), assentamentos de reforma agrária, núcleos urbanos, mineração, hidrelétricas, obras de infraestrutura e instalações militares.

Trata-se de um cenário de terra arrasada para os direitos indígenas em que outras propostas de mudanças no processo de demarcação perderiam importância, já que, com ele, o Estado teria um poder hipertrofiado de intervir unilateralmente nas TIs, abrindo-as a interesses econômicos diversos.

“Temos muitas críticas ao texto da forma que ele foi apresentado no Congresso”, afirmou Cardozo. Ele informou que já está negociando com as lideranças parlamentares um texto

CONT.



---

alternativo.

O PLP é de autoria do deputado Homero Pereira (PSD-MT). O substitutivo ao texto original, aprovado ontem mesmo na Comissão de Agricultura, é de Moreira Mendes (PSD-RO). Os dois estão entre as principais líderes ruralistas.

A assessoria da liderança do governo informou que Chinaglia teve de ceder às pressões para colocar em votação o regime de urgência em um processo mais "amplo de negociação" de vários outros projetos, mas não quis especificar quais seriam eles. A assessoria garante que o governo não se comprometeu em aprovar o PLP.

Fontes do governo e do PT, no entanto, afirmam que Hoffmann teria articulado a manobra para acelerar a aprovação do projeto. A ausência da ministra na reunião com os índios no Planalto chamou atenção. Ela é uma das principais articuladoras de Dilma.

Para as organizações indígenas a atuação da ministra coloca um ponto de interrogação sobre até que ponto o governo pretende, de fato, dialogar e defender os direitos indígenas no Congresso.



---

**Indígenas protestam contra portaria da AGU, em Manaus**

SÍTIO DIÁRIOWEB, 11.07.2013

Aproximadamente 1.200 manifestantes ocuparam a Praça da Matriz, no Centro de Manaus, na tarde desta quinta-feira. Na capital amazonense, o 'Dia Nacional de Luta' foi marcado por manifestações de trabalhadores da indústria, estudantes, servidores públicos e indígenas.

A manhã começou com protestos em pontos estratégicos que dão acesso ao Polo Industrial de Manaus (PIM) e atos de professores da rede pública em frente à Assembleia Legislativa. À tarde os manifestantes seguiram para o centro da cidade e se reuniram com diversas entidades de classes, entre elas, representantes da Força Sindical, Movimento Passe Livre e o Movimento Indígena Por uma Vida Melhor.

Membros de cinco etnias indígenas da Amazônia se integraram ao grupo e protestaram contra a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU), que dispõe sobre as terras indígenas.

Devido aos protestos, as lojas centrais da cidade foram fechadas. O trânsito no local também foi interrompido.

**Médicos**

Os médicos do Amazonas marcaram para a próxima segunda-feira, 15, uma assembleia para decidir uma greve da categoria. Os profissionais reivindicam plano de carreira no Estado, concurso público, segurança nas unidades de saúde, melhores condições de trabalho, piso nacional, entre outros itens.



---

**PF flagra 420 kg de cocaína em terra indígena Marãiwatsédé em MT**  
SÍTIO G1, 11.07.2013

*Agentes detectaram aeronave sobrevoando região e encontraram a droga. Entorpecente estava embalado em sacolas plásticas e ninguém foi preso.*

Por Kelly Martins  
Do G1 MT

Pelo menos 420 quilos de cocaína foram apreendidos pela Polícia Federal, na terra indígena de Marãiwatsédé, região nordeste de Mato Grosso, no município de São Félix do Araguaia, a 1.159 km de Cuiabá. O entorpecente foi apreendido na quarta-feira (10), mas encaminhado pelos agentes somente nesta quinta (11) para a delegacia da PF, em Barra do Garças.

A droga foi encontrada durante um patrulhamento dos agentes federais, que teriam avistado uma aeronave de pequeno porte sobrevoando a área. Na ocasião, os policiais seguiram em direção ao local, onde supostamente o avião poderia ter pousado e encontraram uma pista de pouso, ao redor da terra indígena, com rastros de que teria sido recém utilizada pela aeronave.

"No momento em que os policiais chegaram só foi possível constatar por rastros na pista que ela tinha recentemente utilizada, mas a aeronave já não se encontrava no local", relatou o delegado federal de Barra do Garças, Marcelo Xavier. Os agentes realizaram diligências nas proximidades da pista e constataram que uma mata havia sido recentemente desmatada, abrindo uma clareira. No local, encontraram a droga embalada e distribuída em vários sacos plásticos amarrados com fitas.

Ninguém foi preso. O delegado Marcelo Xavier disse que vai investigar a origem do entorpecente e os envolvidos no crime.

#### Desocupação

A terra indígena de Marãiwatsédé foi alvo de disputa entre União e posseiros, que questionavam a ocupação tradicional indígena da área, ao longo de 20 anos. Em 2012, a Justiça federal expediu mandado de desinversão judicial, determinando a retirada de todos os não-índios que haviam formado uma verdadeira comunidade agrícola no local durante os anos de embate judicial.

Os produtores locais afirmavam compor uma população de até 7 mil pessoas e detinham um verdadeiro projeto de cidade para o local, um distrito com planos de loteamentos inclusive, sob o nome de "Estrela de Araguaia". Quando da assinatura da ordem de desinversão, foi necessário o trabalho em conjunto das polícias Rodoviária Federal, Federal e da Força Nacional de Segurança, com apoio logístico do Exército, para retirar as famílias e destruir as construções.

CONT.



Um princípio de confronto chegou a ocorrer, mas a decisão da Justiça acabou sendo cumprida em abril e a terra foi entregue novamente aos xavantes, que, devido à tensa convivência com os não-índios, até então limitavam-se à área de uma aldeia a cerca de 20 km do Posto da Mata.

#### Uso de aviões

A PF estima que uma tonelada e meia de droga tem entrado no pantanal, por meio de aviões de pequeno porte, a cada 15 dias. No último dia 3, uma denúncia levou a apreensão de 413 kg de cocaína e pasta base transportados em uma aeronave de origem boliviana. O flagrante ocorreu na área de reserva de um hotel, em Poconé, a 104 km de Cuiabá .

Apesar da atuação criminosa ocorrer em uma pista de pouso regular, de propriedade privada, a quadrilha contou com o auxílio de um funcionário do hotel, responsável pela manutenção da reserva natural. Conforme a PF, a quadrilha cooptou o funcionário para dar apoio logístico pelo fato de se tratar de uma pista de pouso a 30 km da sede administrativa da empresa e quase sem movimentação. Nessa ação, dois suspeitos foram mortos ao confrontar-se com agentes da PF. O delegado informou que tratam-se do copiloto da aeronave, de origem boliviana, e de um suspeito, brasileiro, que aguardava na pista para efetuar o pagamento.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 122 / 2013

Brasília, 12 de julho de 2013.

---

**Livro sobre questão indígena é apresentado amanhã na Capital**

SÍTIO AQUIDAUANA ONLINE, 11.07.2013

O livro Código Indígena no Direito Brasileiro, de autoria do desembargador Federal Luiz de Lima Stefanini, será apresentado amanhã (12) na Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul) a partir das 8h30. Em seguida haverá um debate sobre a condição do indígena brasileiro, com as participações dos advogados Gustavo Passarelli e Ronaldo.

A discussão terá atenção especial para a questão indígena em Mato Grosso do Sul, ante ao atual panorama da destinação de áreas para demarcação de terras e que atualmente conta com 66 propriedades invadidas.

Fonte: tatiana lemes



## **Livros da história africana e indígena são apresentados ao governo estadual**

SÍTIO MIDIA MS, 11.07.2013

*Livros serão avaliados para serem usados em sala de aula*

A Coordenadoria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Cppir) e a Secretaria de Estado de Educação (SED) conheceram esta semana alguns livros de história que podem ser avaliados para utilização em sala de aula na Rede Estadual de Ensino. Apresentados pela representante de uma editora, os novos livros "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira", de autoria de Nei Lopes, e a "História e Cultura Indígena no Brasil" abordam temas que atendem à Lei Federal nº 10.639, que trata das questões dos povos negros e indígenas.

A possibilidade de adoção dos títulos para trabalho em sala de aula foi discutida ontem (10), na Cppir, durante apresentação do material pela assessora de projetos governamentais do grupo Barsa Planeta, Ruthy Victória, à coordenadora Raimunda Luzia de Brito, em reunião com a participação da consultora de projetos de Mato Grosso do Sul, Gracita Santos Barbosa, e da professora Rute Valentim, técnica pedagógica da Coordenadoria de Políticas para Diversidade da SED, também vice-presidente do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Mato Grosso do Sul.

Segundo Ruthy Victória, os novos livros contemplam a lei 10.639/2003 – que completou dez anos de criação. Esse instrumento legal altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/1996) e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". "Devido à necessidade do material em Mato Grosso do Sul, sobre [história da cultura da África e indígena], viemos fazer uma parceria com o governo do Estado, para colocarmos os nossos livros à disposição dos professores, para serem usados em salas de aula", explicou. Segundo a representante da editora, os livros trazem uma linguagem fácil para o professor trabalhar com os alunos.

A professora Rute Valentim avalia que o material é de grande valor para o atendimento da lei 10.639. Para ela, apesar da legislação sobre o tema lei já ter sido estabelecida há dez anos ainda há muito trabalho a ser feito. "Os professores precisam estar atentos a estas questões e trabalhar sempre em favor da diversidade do nosso País e da valorização da cultura negra e indígena nas escolas", argumenta.

Para a coordenadora da Cppir, Raimunda de Brito, o conteúdo dos livros poderá também ser divulgado fora da sala de aula. "Pensamos em obter esse material para poder discutir em grupo, durante a realização da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso do Sul [que acontecerá nos dias 14, 15 e 16 de agosto, no Hotel Grand Park, em Campo Grande], para divulgar o material que é muito importante", diz a coordenadora.

Além da reunião na Cppir, o material também foi apresentado na Secretaria Estadual de Educação.



**Questão indígena: CNBB em SC oferece ajuda em processo demarcatório**

SÍTIO DIFUSORA1250,11.07.2013

Em carta ao governador catarinense Raimundo Colombo, os bispos do Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestaram preocupação em relação a conflitos na demarcação de terras indígenas e reassentamento de pequenos agricultores em Santa Catarina e ofereceram-se para contribuir na resolução da questão. O documento foi protocolado dia 08 de julho junto ao poder executivo.

Os bispos, e membros do Conselho Regional de Pastoral, pedem ao governo a aplicação do artigo 148-A da constituição estadual, que autoriza o Estado promover reassentamento ou indenização a pequenos agricultores que estejam ocupando demarcadas.

De acordo com carta, a solução dos conflitos depende do esforço de todos os envolvidos. "Nos colocamos a disposição no sentido de contribuir neste processo para que os valores da harmonia, da justiça e da solidariedade sejam concretizados", diz um trecho.

Entenda o caso

Com o apoio da diocese de Chapecó e do Regional Sul 4 do Regional Sul 4 da CNBB, uma emenda à constituição estadual incluiu o 148-A: "O Estado poderá promover, na forma da lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos pequenos agricultores que, de boa-fé, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas".

Se aplicado o artigo 148-A, poderia pôr fim ao conflito porque permitiria aos não indígenas receberem a indenização pelas benfeitorias e também o valor da terra ou uma nova propriedade.

Fatos recentes, denunciados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo da CNBB, mostram o acirramento do conflito. Com o decreto, em 2012, para a desocupação no Morro dos Cavalos, em Palhoça, ações violentas aconteceram. Em fevereiro, a aldeia teve as mangueiras de abastecimento de água cortadas. Aulas precisaram de ser suspensas. A casa da cacique Eunice Antunes passou a ser vigiada e circularam ameaças de morte. Casas de guaranis também foram invadidas.

O organismo também denunciou que dinheiro público foi usado para viabilizar uma manifestação ocorrida dia 14 de junho pela Confederação Nacional de Agricultura em Santa Catarina. O governo ainda não se manifestou sobre o questionamento feito pelo CIMI em relação ao caso. Impressos contrários às demarcações chegaram a ser distribuídos em escolas e fechou o acesso ao Instituto Federal de Educação na região de Joinville, em represália aos professores da instituição trabalham com os povos indígenas.



**AM – MPF requer conclusão de demarcação de terra indígena em Borba**  
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 11.07.2013

*Processo de demarcação da Terra Indígena Setemã aguarda, há quase quatro anos, apenas pelo decreto de homologação da Presidência da República para ser concluído.*

Manaus - O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) ingressou com ação civil pública com pedido de liminar para pedir à Justiça que obrigue a União, por meio da Presidência da República, a assinar e publicar o decreto de homologação da demarcação da Terra Indígena Setemã, no município de Borba (distante 151 quilômetros de Manaus), habitada tradicionalmente pelos índios da etnia Mura. Para ser concluído, o processo de demarcação depende apenas da publicação do decreto, que já se arrasta por quase quatro anos.

O relatório técnico circunstanciado contendo estudo antropológico de identificação e delimitação da Terra Indígena Setemã foi aprovado pela presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) em maio de 2008. O procedimento foi encaminhado ao Ministério da Justiça, que reconheceu, em portaria publicada em maio de 2009, aposse permanente do grupo indígena Mura sobre a terra indígena.

A delimitação física da terra indígena foi iniciada em fevereiro de 2011 e, após concluída, o procedimento foi encaminhado à Presidência da República com proposta de expedição do decreto de homologação, onde aguarda até hoje pela publicação.

Na ação, o MPF/AM pede, em caráter liminar, que a União seja obrigada a editar o decreto de homologação, sob pena de multa diária no valor de R\$ 50 mil. Como pedido final do processo, o MPF requer a condenação da União a encaminhar, em 30 dias, o decreto publicado à Fundação Nacional do Índio (Funai), para registro e conclusão do processo de demarcação.

A ação tramita na 3ª Vara Federal no Amazonas, sob o nº 12723-35.2013.4.01.3200, e aguarda decisão.

**Danos morais coletivos**

A omissão da União em deixar de cumprir a última fase do processo de demarcação da terra indígena, mesmo diante das manifestações favoráveis de todos os demais órgãos públicos envolvidos no processo, levou o Ministério a pedir, na ação, a condenação da União ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, em valor não inferior a R\$ 1 milhão, a ser revertido em investimentos diretos em políticas públicas destinadas ao povo ocupante da Terra Indígena Setemã.

Para o procurador da República Julio José Araujo Junior, que assina a ação, a demora no processo de demarcação violou a Constituição ao extrapolar o prazo razoável para conclusão dos trabalhos de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sobre suas terras, que é de cinco anos.

CONT.



“Há a violação de direitos fundamentais da comunidade decorrentes da não observância dos prazos para a conclusão do processo administrativo de demarcação, notadamente quando se trata de terra indígena já reconhecida, mas sem a conclusão formal da demarcação”, destacou o procurador.

Os Mura ocupam regiões nos rios Madeira, Amazonas e Purus. Segundo a publicação “Povos Indígenas no Brasil” 2, “desde as primeiras notícias do século XVII são descritos como um povo navegante, de ampla mobilidade territorial e exímio conhecimento dos caminhos por entre igarapés, furos, ilhas e lagos. Em seu histórico de contato, sofreram diversos estigmas, massacres e perdas demográficas, linguísticas e culturais.

Além da Setemã, as bases de ocupação territorial dos Mura incluem, entre outras, as terras indígenas Murutinga e Ponciano, que também foram objeto de ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério, com o mesmo objetivo de garantir a conclusão do processo de demarcação.



**Deputada Janete critica manobra ruralista para ocupar terras indígenas**

SÍTIO AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO WEB, 11.07.2013

Brasília, 11/07/2013 – A deputada federal Janete Capiberibe (PSB/AP) repudiou, hoje (11), em discurso na Câmara dos Deputados, a manobra regimental com o objetivo de aprovar o Projeto de Lei Complementar 227/2012. A proposta do deputado Homero Pereira (PSD/MT) pretende considerar “as terras de fronteira, as vias federais de comunicação, as áreas antropizadas produtivas que atendam a função social da terra nos termos do art. 5º, os perímetros rurais e urbanos dos municípios, as lavras e portos em atividade, e as terras ocupadas pelos índios desde 05 de outubro de 1988” como “bens de relevante interesse público da União”. O objetivo é restringir a demarcação de terras indígenas e de populações tradicionais e abrir para a exploração econômica por não índios aquelas já demarcadas.

“É mais um ataque descabido do agronegócio, da indústria de minério e madeira às terras indígenas, quilombos, unidades de conservação, riquezas naturais”, protesta a deputada Janete.

Um acordo de líderes pretendia aprovar um requerimento para votar o projeto pelo plenário da Câmara em regime de urgência. O acordo foi fechado antes mesmo de a proposta ter sido aprovada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, quarta-feira, pela manhã. O projeto falta ser votado e aprovado pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara. Outro requerimento pretende ampliar o debate para a Comissão da Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia. Se o requerimento de urgência for aprovado, o PLP 227 vai direto ao plenário, onde serão apresentados e aprovados os relatórios das outras comissões. A aprovação da proposta pela Comissão de Agricultura gerou confusão e fez muita gente pensar que a proposta fora aprovada pelo plenário da Câmara. “Vamos ficar alertas e contra-atacar mais essa ofensiva”, afirma a deputada socialista.

Para a deputada Janete, a votação em urgência pedida pela bancada ruralista fere o acordo firmado com os índios pelo presidente da Câmara Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) e líderes partidários, no Abril Indígena, pelo qual foi criado um grupo de trabalho paritário para debater proposições que tramitam na Câmara e são consideradas nocivas pelas lideranças indígenas. A ocupação do plenário protestava diretamente contra a instalação da Comissão Especial para analisar a PEC 215/00, que tira do poder Executivo e transfere para o Congresso Nacional a competência para homologar terras indígenas. Na ocasião, líderes de oito partidos ou seus representantes afirmaram que não indicarão os deputados para formar a Comissão Especial em nenhum momento – PSB, PT, PDT, PSDB, PSC, PSOL, PR e PCdoB – o que impediria o trâmite da proposta no Congresso.

Mas outras propostas também são vistas como prejudiciais à integridade das terras e culturas indígenas, como o PLP 227, o PL 1610/1996 e a PEC 237/2013. Por isso, o Grupo de Trabalho deveria formatar acordos de modo que os interesses dos povos indígenas fossem atendidos. A

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 122 / 2013

Brasília, 12 de julho de 2013.

próxima reunião desse grupo está prevista para agosto, após o recesso parlamentar. Levando em conta outras votações, a bancada ruralista considerava que aprovaria facilmente a emenda constitucional, por isso considerou-se traída quando o presidente da Câmara criou o grupo paritário.

A deputada Janete integra o Grupo de Trabalho, a Comissão Especial do PL 1610 e a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. "Esta Casa não pode dar suporte aos abusos de um setor política e economicamente forte que afronta as minorias sem representação e a sociedade brasileira como um todo. Propostas assim deveriam ser todas arquivadas por que ferem a Constituição, já que seu objetivo é concentrar terras, empobrecer e excluir segmentos sociais", defende com ênfase a socialista.